

# CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO

## INSUFICIÊNCIA DO DEPÓSITO

---

LOCAÇÃO — DESPEJO - CONTESTAÇÃO - ILEGITIMIDADE PASSIVA - ENTREGA DAS CHAVES - ART. 301/CPC - ART. 267/CPC

### EMENTA

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ..... VARA CÍVEL DESTA COMARCA Autos n.º ..... , brasileira, divorciada, professora, inscrita no CPF/MF sob n.º ..... , residente e domiciliada nesta Capital, na Rua ..... , respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, neste ato, por seu advogado adiante assinado, conforme mandado incluso, apresentar CONTESTAÇÃO À Ação de Despejo por Falta de Pagamento de Aluguéis, Cumulada com Cobrança de Aluguéis e Assessorios da Locação, MOVIDA POR ..... , brasileiro, divorciado, engenheiro eletrônico, portador da Cédula de identidade RG n.º ..... , CPF/MF sob n.º ..... , residente e domiciliado na Rua ..... , ..... , casa n.º ..... , ..... - ..... , representado nos autos por seu advogado, baseando-se esta nos Artigos 267, VI, e 301, VIII do Código de Processo Civil. Antes de se discutir o mérito do pedido, cabe esclarecer que Sra. .... não é parte legítima no presente processo, tendo em vista que o contrato de locação em momento algum faz alusão a referida pessoa. Portanto, não deverá integrar como ré na presente ação, como expõe o autor na inicial, havendo desta maneira ilegitimidade de parte, como dispõe o Artigo 301, VIII do Código de Processo Civil. Além disso, a ..... , legítima locatária do imóvel, efetuou o Termo de Entrega das Chaves de Imóvel para Vistoria no dia ..... de ..... do corrente ano, e somente foi citada na Ação de Despejo no dia ..... de ..... de ..... , isto é, já não mais ocupava o imóvel situado na Rua ..... , ..... , apartamento ..... , Edifício ..... , Bairro ..... , nesta Capital, quando de sua citação. Sendo assim, improcede o pedido de desocupação de imóvel, já que não tem mais objeto, mesmo porque, mais uma vez, a Sra. .... não é a real locatária do bem. Diante do exposto, requer à Vos sa Excelência, a extinção da ação de despejo, sem julgamento do mérito, tendo em vista a ilegitimidade da Sra. .... de atuar na presente ação mesmo porque o imóvel já encontrava-se desocupado pela ré quando de sua citação. O pedido vem fundamentado no artigo 267, VI do Código de Processo Civil. N. Termos, P. Deferimento. .... de ..... de ..... Advogado OAB.....